

Um estudo de caso: reflexões sobre a História e a Geografia a partir do processo da professora primária Anna Eponina Lima Sobreira.

Elza Alves Dantas*

RÉSUMÉ: Il s'agit d'une étude de cas de la procédure d'évaluation de l'enseignant primaire publique Anna Eponina Lima Sobreira menées par les examinateurs de l'Instruction Publique Ceará. Le processus se compose de trois épreuves: l'histoire, la géographie et de l'éducation théorique et pratique et la méthodologie. Compte tenu de ces sources que argüiões questions fondamentales ont été soulevées au sujet de l'enseignement de l'histoire et l'historiographie du XIXe siècle.

MOT-CLÈS: Étude de cas - L'enseignement de l'histoire - l'historiographie

O estudo de caso sobre a professora Anna Eponina Lima Sobreira que será apresentado a seguir, faz parte de uma pesquisa mais abrangente, provisoriamente intitulada: Lentes da mestra da vida: lições de História no Ceará Provincial (1870-1889). Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.

Na pesquisa que está se desenvolvendo no mestrado as fontes basilares são exames, em especial os de História, todos sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará. As discussões em desenvolvimento giram em torno da escrita da História, das suas implicações sócio-políticas e do ensino de História.

O caso da professora primária Anna Eponina Lima Sobreira

As fontes fundamentais deste trabalho compreendem o conjunto dos exames realizados por Anna Eponina de Lima Sobreira¹, professora pública primária vitalícia, como a própria se intitula. A apresentação já fornece alguns elementos a serem pensados. Anna Eponina de Lima Sobreira não deixa dúvidas quanto ao seu cargo na Instrução Pública, ou

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisa desenvolvida com o apoio financeiro da Funcap.

1 Fundo: Instrução Pública. Código de referência: BR APEC, IP. CO, EXM. 1. Data crônica: 1882-1885. Obs.: a referência aqui utilizada está em conformidade com a nova catalogação do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

seja, ela é professora, é funcionária pública, e encontra-se na confortável situação de vitalícia. Desta forma porque a professora primária solicitou uma outra arguição?

O Liceu do Ceará era nesse período a instituição responsável pelos exames de Capacidade Profissional (título exigido para o exercício do magistério público primário) bem como pelas habilitações, uma vez que a Escola Normal constava somente na letra da lei. A professora Anna Eponina de Lima Sobreira solicitou alguns exames para mostrar-se habilitada de acordo com as exigências do artigo 121 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881², inserido no “Capítulo IV – Da Escola Normal/ Secção I – Do ensino” que diz:

*Art. 121 – O curso de estudos será de um anno e abrangendo as seguintes mateias:
§ 1 Lingua nacional; grammatica analyse grammatical, logica e etymologica; recitação; redacção e composição.
§ 2 Arithmetica e metrologia; geometria elementar, limitada ás noções geraes e problemas simples, estudo das formas geométricas; desenho linear.
§ 3 Geographia elementar; do Brasil e especialmente da província do Ceará; historia do Brasil, factos principaes da Historia do Ceará.
§ 4 Pedagogia e methodologia theorica e pratica. (VIEIRA; FARIAS, 2006: vol. 3/ p.56).*

O Regulamento acima citado é do ano de 1881, é necessário salientar que quando o mesmo rege sobre a Escola Normal, trata-se de considerações para regulamentar algo que no momento não existia concretamente, mas que estaria bem próximo de efetivar-se: a Escola Normal foi fundada no ano de 1884. Os exames da professora Anna Eponina de Lima Sobreira datam do ano de 1882 e consta o desejo de mostrar-se habilitada e capacitada em relação à nova normatização na organização da Instrução Pública.

Assim a professora primária iniciou seu processo de habilitação com o exame de Geografia em seis de setembro de 1882.³ A questão posta foi uma dissertação acerca das “Serras e Montanhas – As três principais cadeias do país são: Ocidental ou das vertentes, Central, Oriental ou Marítima.”⁴ A resolução da questão é uma detalhada descrição:

2 Fundo: Instrução Pública. Código de referência: BR APEC, IP, CO, EXM. 1. Data crônica: 1882-1885. Documento trata de uma solicitação para a realização de exames, assinado por Anna Eponina de Lima Sobreira.

3 Fundo: Instrução Pública. Código de referência: BR APEC, IP, CO, EXM. 1. Data crônica: 1882-1885. Documento trata de um exame de Geografia, assinado por Anna Eponina de Lima Sobreira.

4 Idem.

A primeira separa as bacias dos rios Parnahiba, Tocantis e Amazonas das dos rios São Francisco, Paranna, e Paraguay se estende da Provincia do Rio Grande do Norte até Matto Grosso com os nomes de Borburema, ou Cariris-Novos, Araripe, Vermelha, Dois Irmãos, Piauihy, Tabatinga, Perenico, Santa Martha, Diamantina, formando assim uma curva immensa, que atravessa as Provincias do Rio Grande do Norte e Parahiba, separando o Ceará de Pernambuco, Piauihy de Pernambuco, e Bahia, passando finalmente pelo Sul de Gorjas, e o meio de Matto Grôssso é a mais extença e a mais baixa das serras do systema Brasileiro.

Central, que nascendo a margem direita do Rio São Francisco para o Sul, com os nomes de Tiuba, Chapada, das Almas, do Espinhaço e Mantequeira, atravessa as Provincias da Bahia, e Minas Geraes, separando esta ultima do Rio de Janeiro, e São Paulo.

Oriental ou Maritima, que toma os nomes de Serras dos Aimorés do Mar, ou Serra Geral, á reconhecer-se, como tal (com algumas arestas ou macissos ao norte) atravessa todas as Provincias marítimas, desde o Rio Grande do Sul até o Cabo de São Roque no Rio Grande do Norte.⁵

O propósito aqui não é discutir a veracidade da resposta, esta tarefa já foi devidamente realizada pelos examinadores Amaro Cavalcanti, Izabel Rabello da Silva e João Lopes Ferreira Filho, que aprovaram por unanimidade de votos a Professora Anna Eponina de Lima sobreira.

A partir da leitura desse exame se constata a preocupação com o conhecimento espacial do país, afinal uma das manifestações do patriotismo se dá através de um reconhecimento que também é territorial, além de político e cultural (GUIMARÃES, 2007: 105). Destarte, os professores tinham que dominar esses conhecimentos para que fossem cultivados em seus discípulos. Como bem afirma Guimarães: “Um inventário minucioso, à maneira das corografias, submetendo o território ao ordenamento da palavra e por esse caminho construindo a memória do território nacional” (GUIMARÃES, 2007: 104). Era necessário primeiramente estudar e mapear o território, para que em seguida fosse cultivada uma memória nacional.

E no caso desse estudo a professora ao ser interpelada sobre o assunto tinha que se mostrar preparada, uma vez que, seu papel não era meramente de uma educação formal, neste momento também estava em evidência a preocupação com a formação do cidadão prestimoso a sua nação.

A narrativa da professora primária apresenta um mapeamento das serras, apontando onde começa e finda, quais caminhos percorre, quais as províncias que atravessam, as várias nomenclaturas aceitas, se posta em diálogo com as demandas da escrita pensada pelos

5 Idem.

intelectuais do IHGB, tornam-se evidentes as marcas da concretização desse projeto de uma escrita nacional.

A História e a Geografia no contexto do ensino andaram congregadas e separadas. Primitivo Moacyr, que realizou um extraordinário trabalho de compilação de dados referentes à Instrução Pública, a partir do exame dos relatórios dos presidentes das províncias. Moacyr apresenta para o ano de 1880, na Província do Ceará o seguinte decreto: “Fica separado, diz um decreto legislativo, o ensino da historia do de geografia no Liceu, constituindo cada uma dessas disciplinas uma cadeira especial. O lente optará por qualquer das cadeiras, sendo a outra provida mediante concurso.” (MOACYR, 1939: 368). Fica latente a congruência dessas duas disciplinas, e que talvez no momento da divisão estivessem sendo forjadas as fronteiras e delimitações de cada um desses saberes, que anteriormente a década de 1880 eram indistintas. É interessante observar que o lente que ministrava a disciplina quando fosse conjunta, poderia optar por qualquer uma das duas, sem que se fale na necessidade de uma nova habilitação ou preparação que aponte de fato para alguma diferenciação entre as duas disciplinas.

Para o ano de 1882 se encontra a seguinte situação: “... estão reunidas as cadeiras de geografia e historia. É verdade que uma resolução legislativa já autorizou a separação desta última cadeira, ainda sem execução.” (MOACYR, 1939: 375). E para o ano de 1886 persiste a mesma questão: “É indispensável a divisão do curso de geografia e historia, da arimetica, álgebra, geometria e trigonometria...” (MOACYR, 1939: 377). Primeiramente, se bem observada a estrutura da primeira citação, é a história que irá se separar da geografia. Mas infelizmente ainda não foi encontrada qualquer documentação que oferecesse mais subsídios para o aprofundamento dessa questão. Em seguida pode-se inferir que essa questão da delimitação das fronteiras de cada saber estava sendo pensada também por outras áreas do conhecimento.

A questão mais intrigante é a afirmação de que até a década de 1886 as disciplinas de História e Geografia continuam juntas. Entretanto, não há uma especificação quanto à localização das disciplinas que se encontram unificadas, se é para o ensino primário ou se é no Liceu. A questão é conflituosa porque, em 1882, a professora primária Anna Eponina de Lima Sobreira, ao ter se submetido à habilitação segundo o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881, foi submetida a duas provas distintas, uma de Geografia e outra de História.

E assim como a professora que apresentamos nesse estudo, encontram-se outros professores, para o período de 1880 até 1888, que se submeteram ao exame de Capacidade Profissional ou apenas à habilitação segundo o novo regulamento em vigência. Todos os

professores dentro desse período pesquisado realizaram dois exames, um de História e outro de Geografia. Quanto aos exames de História percebe-se que uma organização do conhecimento histórico se colocava claramente nas sugestões temáticas das arguições, as temáticas eram divididas em História do Brasil e História do Ceará.

Essa questão da separação das duas disciplinas, a História e a Geografia, é bastante confusa. Não fica claro em que realmente consiste essa idéia de separação ou união, uma vez que nos exames sempre são encontradas arguições diferenciadas ao mesmo tempo em que algumas fontes oficiais (os relatórios de presidentes de província citados por Primitivo Moacyr) afirmam que se encontram unidas e falam da necessidade da separação. Seriam então as disciplinas de História e Geografia separadas somente no momento da seleção dos professores primários? E no cotidiano das escolas primárias seriam as duas disciplinas ministradas em conjunto? Ou a critério de cada professor?

Outra fonte oficial que também corrobora com as contradições desse assunto é o Regimento Interno das Escolas Primárias da Província do Ceará de 1881, que apresenta as disciplinas em um único parágrafo do artigo 22:

§ 3º - HISTORIA E GEOGRAFIA – O ensino destas materias é todo elementar. Entretanto é todo de primeira importancia, que a geographia seja ensinada, não para deixar no espirito do alumno uma simples collecção de factos sem mutua relação ou dependencia. O alumno deve aprender a considerar a terra, como a morada do homem; a sua superficie, como scenario da vida vegetal e animal; o oceano como grande estrada do Universo; as povoações, villas e cidades, como centros de vida e desenvolvimento social etc., etc. O estudo da geographia por este modo é não só mais proveitoso e interessante, como deleitavel. Em vez de começar por definições ou lições geraes sobre a forma da terra e suas divisões do globo, o alumno deve ser levado do conhecido para o não conhecido, isto é, deve partir estudando, por exemplo, sua cidade, sua provincia, seu paiz e d'aqui passar aos outros paizes que o cercão.

Este ensino deve ser dado, sobre tudo, por meio de mappas ou de globo. O fim principal do estudo de historia patria é que o alumno aprenda a origem, o caracter, a vida e as condições de paz da nação, de que faz parte, afim de que os bons exemplos praticos o extimulem á vir á ser oportunamente um cidadão prestimoso. O sobre-carregar a memoria do menino --- com uma multidão de factos e datas diversas é de bem pouco resultado. Dividida a historia em ephocas, e confiadas á memoria as datas dos successos mais notaveis, o methodo mais proveitoso será o estudo de factos ou caracteres singulares da maior gloria, celebridade e importancia para o bem publico ou vida nacional. (VIEIRA; FARIAS, 2006: vol. 3/ p.82-83).

Quando o Regimento qualifica o ensino da História e Geografia como elementar, esta adjetivação pode ser entendida de duas maneiras. O termo elementar pode ter sido utilizado para explicitar que os ensinamentos de História e Geografia para o ensino primário eram caracterizados por um nível de saber mais simplificado. Ou a palavra elementar significava a

compreensão desses saberes como fundamentais na formação dos alunos. A História e a Geografia seriam os saberes basilares na construção do “cidadão prestimoso”?

Embora cada parágrafo discorra em separado sobre as atribuições de cada disciplina, se verifica que as delimitações são bastante tênues, em “...é todo de primeira importancia, que a geographia seja ensinada, não para deixar no espirito do alumno uma simples collecção de factos sem mutua relação ou dependencia.”, aqui também não se aplicaria ao ensino da História? Que no século XIX era caracterizada pelas narrativas dos fatos notáveis, que por sua vez ao serem ensinados estabeleciam o elo entre presente e passado.

Quanto à História, é interessante que duas questões sejam observadas. A primeira surge a partir da ênfase de que “O fim principal do estudo de historia patria é que o alumno aprenda a origem, o character, a vida e as condições de paz da nação, de que faz parte, afim de que os bons exemplos praticos o extimulem á vir á ser oportunamente um cidadão prestimoso.”. Aqui se deve atentar para a conceituação da História, definida pela relação entre o presente, o passado e o futuro, a possibilidade de aprender com o passado para que não mais se erre no futuro, a História é exemplar. Desta forma se compreende a necessidade do “...estudo de factos ou caracteres singulares da maior gloria, celebridade e importancia para o bem publico ou vida nacional.”, pois, se o presente pode aprender com o passado, deve-se inspirar nos grandes homens e nos grandes fatos para se projetar um futuro glorioso para a nação.

A História e a Geografia estando juntas ou separadas, durante o século XIX são caracterizadas pela sua estreita relação. Como diz Guimarães: “Vemos que não apenas os acontecimentos políticos são dignos desse relato, mas também a narrativa das marcas naturais deve compor os quadros dessa história nacional, definindo para a geografia um papel importante para a escrita da história.” (GUIMARÃES, 2007: 106).

A professora primária Anna Eponina de Lima Sobreira foi submetida a dois exames distintos, o de geografia como se discutiu e o de história, realizado em onze de setembro de 1882, que consta de uma narrativa sobre o “Descobrimento do Brasil”:

O Brasil foi descoberto em 1500, pelo almirante portuguez Pedro Alvares Cabral; o seu descobrimento, foi effeito do acaso. Navegava Cabral para as Indias, e querendo evitar as calmarias das costas d’Affrica e affastou-se tanto della, que chegou avistar ao lado do Ocidente uma terra desconhecida, que deu o nome de Vera Cruz, mais tarde o de Santa Cruz, que foi substituído pelo actual de Brasil. Este nome tirou origem da grande abundancia de pao Brasil, que havia na terra. Cabral avistando o monte Paschoal, fondeou no Porto-Seguro, onde demorou-se alguns dias e seguiu para as Indias.

Cabral tomando posse da terra para a coroa de Portugal, o Guardião Frei Henrique de Coimbra celebrou no Domingo Paschoalla disse a primeira que disse-se no Brasil.

Os povos que habitaram no Brasil eram os Tupis, que ocupavam grande parte do litoral e dividia-se em grande numero de tribus selvagens, das quaes se notavam o Tamóios no Rio de Janeiro, os Carijós em Santos e Rio Grande do Sul Tupinambás e Tupiniquins na Bahia, os Cahetés e Tabajaras em Pernambuco, os Pitagoares na Parahiba e Rio Grande do Norte.⁶

De início, podem-se discutir as implicações do conceito de “descobrimento”. Que implica em um não reconhecimento dos índios como um povo, que por sua vez, habitava a terra anteriormente à chegada do europeu, neste caso Pedro Álvares Cabral. E essa visão depreciativa dos índios, a negação de uma ligação com esse passado pode ser entendida dentro da perspectiva de inserir-se como um prolongamento da História da Europa. Como entende Guimarães:

No movimento de definir-se o Brasil define-se também o ‘outro’ em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.(GUIMARÃES, 1988: 6).

Desta maneira, a História do Brasil sempre começa fora do Brasil, começa com a expansão marítima portuguesa (BITTENCOURT, 2004: 81). E assim a incipiente nação brasileira estaria iniciando com muita glória sua história, como herdeira da sociedade portadora dos valores do progresso e da civilização.

A escrita da professora Anna Eponina de Lima Sobreira, embora um pouco confusa em seu terceiro parágrafo, possivelmente pela situação de estar sendo avaliada, acabou por esquecer algumas palavras no texto. Mas pode-se compreender que ela estava fazendo referência à primeira missa celebrada no Brasil. Essa preocupação em narrar os fatos representativos da religião católica em relação com grandes fatos da história pátria pode ser entendido como uma tensão característica da escrita da história no século XIX, que se deu entre a História Sagrada e a História Profana (BITTENCOURT, 1993).

6 Fundo: Instrução Pública. Código de referência: BR APEC, IP. CO, EXM. 1. Data crônica: 1882-1885. Documento trata de um exame de História, assinado por Anna Eponina de Lima Sobreira.

Quanto ao rápido mapeamento feito pela professora primária para a distribuição dos índios no território brasileiro, é interessante que se observem algumas questões referentes ao estudo das consideradas “tribus selvagens”. Para Guimarães o interesse de se investigar os índios permeou os intelectuais do IHGB, entretanto há que se indagar sobre as implicações e interesses desses estudos:

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história compartilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso...Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à ‘civilização branca’ poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendia explicitada. (GUIMARÃES, 1988: 11)

Estes estudos estavam empenhados em demonstrar através da pesquisa científica como a nação brasileira no século XIX havia ascendido na escala da civilização, pois cada vez mais se reconhecia nas nações européias e não nos indígenas.

No trabalho publicado em 1844 e premiado 1847 pelo IHGB, intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil*, Karl Friedrich Phillip Von Martius apresenta de maneira clara quais eram as questões que deveriam nortear o historiador brasileiro em sua investigação. Para os índios, dever-se-ia pensar em questões como: “Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que nêles não reconhecemos senão *ruínas de povos*?” (VON MARTIUS, 1991: 34). Como se pode perceber em outras passagens dessa obra, a idéia formada quanto aos índios era que num passado ainda desconhecido esses aborígenes haviam sido um grande povo, entretanto não se sabia como esse povo “de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução” (VON MARTIUS, 1991: 36).

Assim as investigações sobre o elemento indígena, pensadas pelos intelectuais oitocentistas possuíam objetivos políticos bem como historiográficos. Era necessário traçar a linha evolutiva da História do Brasil, demonstrar cientificamente, por meio dos estudos e pesquisas, como a nossa história havia tomado um rumo ascendente com a chegada dos portugueses. E principalmente ao se construir a imagem do índio fazê-lo de modo a causar estranhamento, uma vez que a identidade nacional almejada era aquela em que o povo brasileiro se reconhecia no colonizador, que havia propiciado a aceleração da marcha da nossa história, o elemento civilizador. Afinal não era nada interessante que uma nação em gestação

se reconhecesse em “tribus selvagens”, as quais não portavam os valores tão caros às sociedades civilizadas.

E ao fim de seu trabalho Von Martius diz:

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, tôdas as virtudes cívicas. (VON MARTIUS, 1991: 54)

Assim deve ser o que Von Martius denomina o “historiador patriótico”. São essas também as marcas da escrita e do ensino de história no século XIX, a História com mestra da vida. Entretanto como foi possível conciliar a perspectiva de progresso, das transformações, dos avanços com uma História entendida como mestra da vida, na qual o passado ensina o presente? Com o progresso da civilização não seria o passado obsoleto para a elucidação dos problemas do tempo presente?

O processo de habilitação segundo a nova normatização da Instrução Pública de 1881 da professora primária Anna Eponina de Lima Sobreira foi finalizado com a argüição de “Pedagogia e methodologia theorica e pratica.”

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 13, nº 25/26. Set. 92/ ago. 93.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Nº 1, 1988.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes/ organizador, José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Fontes

APEC. Fundo: Instrução Pública. Código de referência: BR APEC, IP, CO, EXM. 1. Data crônica: 1882-1885. Exames da professora primária Anna Eponina Lima Sobreira.

Documentos de política educacional no Ceará: Império e República. (Org.) Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias; colaboração: Delane Lima Nogueira... [et al.]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 113 p. + 4 CD-ROM.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e as províncias*. Subsídios para a história de educação no Brasil (1834-1889). 1º volume – Das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.